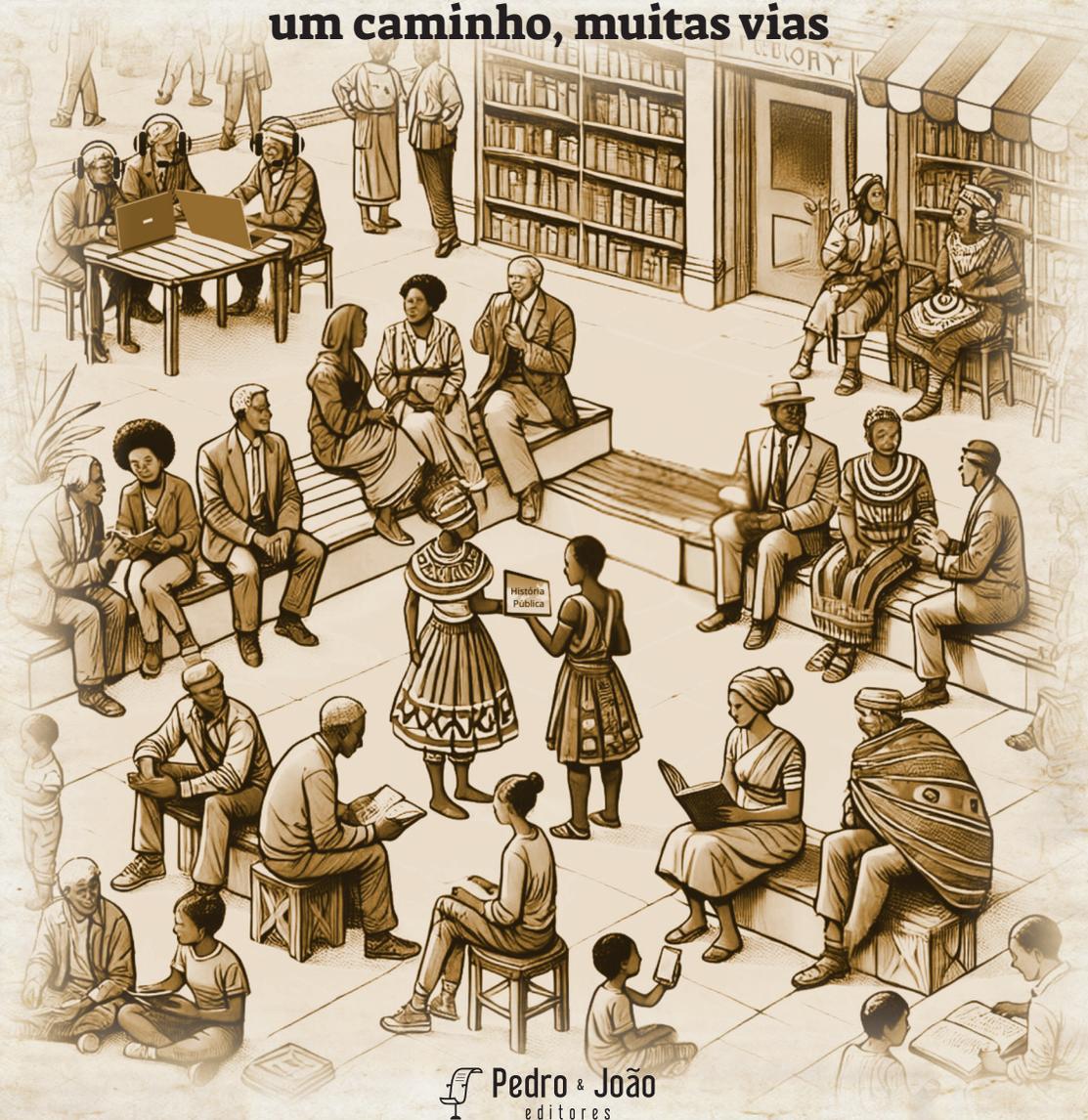


Cyntia Simioni França (UNESPAR)
Daniel Ferreira da Silva (UNESPAR)
Helena Ragusa Granado (UNESPAR)
Marcelo de Souza Silva (UFTM)
(Orgs.)

História Pública

e a arte de mediar o passado: um caminho, muitas vias



**História Pública e a arte de mediar o passado:
um caminho, muitas vias**

Obra publicada com recursos da Capes, por meio do Auxílio n° 2984/2022, Processo n° 88881.691115/2022-01, Programa PDPG-POSDOC (Pós-Doutorado Estratégico). Proibida a comercialização



**Cyntia Simioni França
Daniel Ferreira da Silva
Helena Ragusa Granado
Marcelo de Souza Silva
(Organizadoras e organizadores)**

**História Pública e a arte de mediar o passado:
um caminho, muitas vias**

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Cyntia Simioni França; Daniel Ferreira da Silva; Helena Ragusa Granado; Marcelo de Souza Silva [Orgs.]

História Pública e a arte de mediar o passado: um caminho, muitas vias.
São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. 269p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-1689-8 [Impresso]
978-65-265-1690-4 [Digital]

DOI: 10.51795/9786526904

1. História Pública. 2. História Digital. 3. Autoridade Compartilhada. 4. Ensino de História. I. Título.

CDD – 370

Capa: Marcos Della Porta

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2024

SUMÁRIO

9 APRESENTAÇÃO –O HISTORIADOR ARTESÃO DOS TEMPOS AO FAZER HISTÓRIA COM E PARA O PÚBLICO

Cyntia Simioni França
Daniel Ferreira da Silva
Helena Ragusa Granado
Marcelo de Souza Silva

PARTE 1

HISTÓRIA PÚBLICA POR DIVERSAS VIAS

23 1. HISTÓRIA PÚBLICA DIGITAL: COOPERAÇÃO E COLABORAÇÃO EM DUAS EXPERIÊNCIAS ACADÊMICAS PROPOSITIVAS

Jorge Pagliarini Júnior
Marcos Meinerz

43 2. A PRODUÇÃO DE PODCASTS DE HISTÓRIA E A HISTÓRIA PÚBLICA NO BRASIL NA ÚLTIMA DÉCADA

Marcelo de Souza Silva
César Agenor Fernandes da Silva

65 3. O VODCAST COMO NOVO ESPAÇO PARA HISTORIADORES: CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA PARTICIPATIVA E NARRATIVAS HUMANIZADAS NO AMBIENTE DIGITAL

Daniel Ferreira da Silva

- 83 4. A TEIA DAS NARRATIVAS: O DOCUMENTÁRIO E A HISTÓRIA PÚBLICA**
Carlos Augusto Lima Ferreira
- 101 5. POR UMA DIDÁTICA HISTÓRICA CRÍTICA DIGITAL. O USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO ENSINO DE HISTÓRIA**
Janaina Cardoso de Mello
Rafael Santa Rosa Cerqueira
Wilton Santana Silva
Lucas de Jesus Santos
- 117 6. MINHAS MÃOS, MEU PANDEIRO: UM DOCUMENTÁRIO SOBRE JORGINHO**
Andro Gustavo Baldan Ribas
Federico José Alvez Cavanna

PARTE 2

HISTÓRIA PÚBLICA, MEMÓRIAS E PARTILHAS DE EXPERIÊNCIAS

- 135 7. HISTÓRIA PÚBLICA EM PORTUGAL: UMA GENEALOGIA REVOLUCIONÁRIA**
Joana Dias Pereira
- 161 8. A HISTÓRIA VISTA DO MEU CANTO: HUMANOS E NÃO HUMANOS NO ENSINO DE HISTÓRIA**
Rogério Rosa Rodrigues
- 193 9. HISTÓRIA PÚBLICA EM ANGOLA: UM CAMPO POR SE FAZER**
Yuri Manuel Francisco Agostinho

- 209 10. UM PATRIMÔNIO PARA CHAMAR DE NOSSO:
NOTAS SOBRE HISTÓRIA LOCAL, MEMÓRIAS E
EXPERIÊNCIAS COLETIVAS**
Maria Sílvia Duarte Hadler
Arnaldo Pinto Junior
- 225 11. HISTÓRIA PÚBLICA: UM CAMPO DE
REFLEXÃO E AÇÃO COM E PARA OS
MOÇAMBICANOS**
Inácio Márcio de Jesus Fernando Jaquete
Cardoso Armando
- 247 12. UMA EXPERIÊNCIA COLETIVA DE HISTÓRIA
PÚBLICA: A CONSTRUÇÃO DO SITE CULTIVOS
RURAIS DE ARARUNA-PR**
Gabriel Henrique de Souza
Cyntia Simioni França
- 265 AUTORAS E AUTORES**

HISTÓRIA PÚBLICA EM ANGOLA: UM CAMPO POR SE FAZER

Yuri Manuel Francisco Agostinho¹

Em Angola o debate sobre o processo de patrimonialização, comemorações, datas, usos do passado e demandas memoriais, em alguns casos, ultrapassam fronteiras e públicos. Em outras palavras, estas demandas são escrutinadas e acompanhadas por outros países e outros públicos. Basta olhar, por exemplo, o significado do dia 23 de março de 1988 para os angolanos, um dia que passa a ser feriado nacional e é posteriormente ampliado a sua estrutura, e fica a vigorar como feriado em outros países que fazem parte da África Austral. A emergência dos usos do passado e o debate político sobre estas demandas de patrimonialização e seus múltiplos sentidos, implica uma posição do historiador porque o debate proveniente destes públicos, requer uma análise apurada dos discursos e significações estabelecidas em camadas que muitas das vezes não estão visíveis no tempo presente. Por isso, é necessário olhar as estruturas e os eventos que perfazem um antes e um depois, sobre um determinado acontecimento histórico que hoje tornaram-se lugares de memória, que em muitos casos são inseridos no âmbito das batalhas memoriais.

A memória é um campo em disputa, vários públicos e atores acoplam nela, e usam ao seu belo prazer, se olharmos para dia 23 de março, esta data, tem um respaldo político e memorial em Angola, e ela é transnacional. Sua aceitação resulta como um dia que simboliza o dia da Libertação da África Austral e o dia da Batalha do Cuito Cuanavale. E por conseguinte, como um debate político sob uma forma de domesticar o passado. A data em si,

¹ Doutor em História pela UFPE, Pós-doutorado em História Pública na UNESPAR. Professor na Universidade de Luanda (UniLuanda)

quando é disputada para se ter vantagens no debate político, e usada para vários fins, ativa-se o lugar do conflito memorial. Ou aquilo que Candau (2005) designará de *Conflito de Memória* (CDM). Este debate, permitiu que no dia 19 de setembro de 2017 o ex-Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, inaugurasse a primeira fase da construção do memorial que simboliza uma narrativa em disputa - vitória de alguns contendores e de outros, vistos como os perdedores. Para alargar o debate, a bancada parlamentar do MPLA na assembleia, para além de aprovar o dia 23 como feriado, alargou posteriormente o debate para sair da fronteira nacional.

As bases do alargamento deste debate político, e do uso da memória desta batalha é disputada com vários públicos e meios. Neste sentido, este debate permite entender na tessitura como os políticos vão disputar os lugares de memória, considerados marcos e índice de acontecimentos que se ancoram nas razões e nas tomadas de decisões quando é necessário ordenar, controlar e colocar à disposição uma memória que seja homogênea. É claro que o debate sobre o dia 23 de março não é consensual, basta olhar para as narrativas provenientes dos deputados das bancadas do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e da Convergência Ampla de Salvação de Angola - Coligação Eleitoral (CASA-CE), quando estiveram a tratar o assunto nas comissões de especialidade da Assembleia Nacional de Angola. Para Mário Pinto de Andrade do MPLA, “não se pode ter dúvida que o 23 de março mudou a geografia da região da África Austral. Se não fosse essa batalha, de certeza que os sul-africanos estiveram renitentes em dar a independência ao sudoeste africano (Namíbia)”.²

João Pinto também do MPLA, “alertou para a necessidade da elevação do dia 23 de março para feriado nacional, no âmbito da libertação da África Austral. A comunidade para o desenvolvimento da África Austral (SADC), lembrou o deputado, discutiu a

² Dia 23 de março, passa a feriado nacional. *Jornal de Angola*, 10 de ago. 2018.

necessidade de criação de uma data sobre a libertação da África Austral”. Por outro lado, Alcides Sakala, da UNITA, “propôs a retirada da proposta sobre o 23 de março, por entender que “é uma data fracturante”. Ela é contrária aos esforços da reconciliação nacional. Não há consenso à volta desta data”.³ O deputado Makuta Nkon-do, da CASA-CE, disse que o 23 de março é uma data polémica. “Tenho muitas dúvidas se o 23 de março, é da Batalha do Cuito Cunavale ou a derrota das FAPLA, em Mavinga, que levou Angola a Bicesse”. O deputado pediu cautela e reflexão para se encontrarem as datas reais “e não aquelas que incendeiam o país”.⁴

Em “*Um olhar tripartido sobre as demandas sociais atinentes ao processo de patrimonialização em Angola: história do tempo presente, património e usos do passado*”, tive a preocupação de responder estas demandas provenientes deste debate em torno da batalha do Cuito Cuanavale. Existe uma memória oficial que atribui a vitória da batalha do Cuito Cuanavale ao MPLA. Batalha que decorreu na província do Cuando Cubango (Leste de Angola), o maior conflito militar da guerra civil angolana, que decorreu entre 15 de novembro de 1987 e 23 de março de 1988. Opôs os exércitos das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA), ligados ao MPLA e apoiados por Cuba e as forças da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), com apoio da África do Sul. A Inteligência Sul-africana, aponta que o dia 23 de março foi a resposta de que não seria possível vencer pelas armas e derrubar o Governo marxista do MPLA. O Governo de Angola aproveitou esse reconhecimento para fazer desta data como o fim do Apartheid. Essa ideia, claro, choca politicamente com a UNITA apoiada pelo Apartheid. A UNITA não acolhe o desfecho da batalha como derrota, e reivindica uma história abarcante onde todos os contendores têm uma palavra a dizer. A UNITA não concorda com a experiência da batalha de Cuito Cuanaval. Somente ultimamente, em 2020, que se verificou uma aceitação

³ Dia 23 de março, passa a feriado nacional. *Jornal de Angola*, 10 de ago. 2018.

⁴ Dia 23 de março, passa a feriado nacional. *Jornal de Angola*, 10 de ago. 2018.

“tímida”. Contudo, não aceita que tenha existido um vencedor. A data de 23 de março seria consensual entre os países que fazem parte da SADC. É uma questão política, nesse dia, Cuito Cuanaval não foi tomada, mas sim houve baixas significativas por parte dos Sul-africanos e as ex-FALA. Há quem defenda que a batalha de Cuito Cuanavale foi uma vitória para ambas as partes: Angola e Cuba sofreram amplas perdas em termos de pessoal e material, enquanto os Sul africanos e a UNITA não conseguiram ganhar terreno. Já que Angola e Cuba tinham como objetivo estratégico segurar a cidade, enquanto o objetivo sul-africano era capturá-la, pode-se falar em vitória angolano-cubana (Agostinho, 2020; Araujo, 2021).

Como vemos, são narrativas alimentadas por memórias em disputas em torno dos acontecimentos que marcam uma batalha. A batalha terminou, mas hoje, lhe é dado um lugar para novas interpretações e novos atores. Olhando para o caso de Angola, como devemos, responder às demandas sociais provenientes dos processos de patrimonialização e memorialísticos? Para os tempos atuais, como devemos olhar para os efeitos diacrônicos desta batalha e outros debates que vão surgindo como demandas: “memoriais”, “mediáticas” e “editoriais”. Por exemplo, a guerra terminou, mas os efeitos diacrônicos estão aí presentes, um deles é a construção do memorial e o 23 de março que é uma data “consensual” entre os países que fazem parte da SADC. Kosseleck (2014) refere-se a este fenômeno como de efeitos diacrônicos de uma guerra, que se assemelha com alguns eventos que aconteceram na Alemanha, França e outros países envolvidos em guerras. Estes países têm um lugar para legitimar seus monumentos a favor dos seus mortos. Mas as vitórias, as derrotas, as mortes e outros eventos relacionados às guerras, afetaram as consciências das pessoas. Isso causou muitas rupturas e dificultou lembrar coisas que todos se identificam (Koselleck, 2014).

Outrossim, responder às demandas atuais em Angola dos processos de patrimonialização e memorialísticos, para além, de ser uma forma de olhar a história do tempo presente, nos coloca desafios

para examinarmos o surgimento de novos debates na esfera pública sobre memórias. Poderíamos trazer vários exemplos para mostrar que em Angola não foge da realidade dos outros países no que concerne a emergência do patrimônio e de (CDM). Como articular este debate proveniente da esfera pública, o historiador deve começar a partir do fazer histórico ou do ensino? Como encontrar um denominador comum para haver um casamento que permite responder, públicos, meios, e fazer leituras daquilo que se está passar em Angola no que concerne aos processos de patrimonialização e memorialísticos. A história pública será o denominador, com ela, é possível congrega vários campos, ela é um guarda-chuva, é um campo da “história aplicada”. O ensino de história, na interconexão com a história pública, resulta num fazer histórico, sua operacionalização e potencialização é feita pelo contato com arquivos, museus, patrimônios, fotografias, cinema, espaços urbanos e outras áreas do saber. Nesse diálogo, entre diferentes lugares e apoios narrativos, vozes e experiências, confluem menções e narrativas com as quais professores e estudantes vão aderindo sentidos sobre a experiência humana no tempo e no espaço (Liddington, 2011; França, Cunha, 2022).

Com o surgimento de novos debates sobre memórias na esfera pública, é preciso sinalizar eles, para pensarmos numa história pública em Angola, que se sustenta por meios e públicos. Apresentaremos, como proposta, exemplos (assuntos) relacionados a museus, ensino de história, memória e história oral. O propósito deste texto é apresentar uma proposta para se pensar a história pública em Angola, como um campo a ser explorado. Em termos metodológicos, partimos de uma revisão bibliográfica, examinamos principalmente a história pública em países que têm uma aproximação histórica com Angola, para tentarmos entender a situação destes em termos de história pública. E por conseguinte, tentaremos perceber o que se tem feito no âmbito de história pública em Angola. Por outro lado, os casos que apresentaremos, podem ser entendidos como possibilidades de um diálogo entre o ensino e a história pública em Angola que está por se fazer. Em

outras palavras, este exercício permitirá estabelecer bases para que, no futuro, outros pesquisadores possam dialogar com este campo, olhando o potencial que a história pública tem, caso ela for institucionalizada em Angola.

Por onde começar, se não temos uma história pública institucionalizada?

Em Angola, a história pública não é institucionalizada, diferente de outros países que têm uma tradição, o exemplo que trouxemos ao abrir este artigo, sobre o debate do dia 23 de março e seus efeitos, não foi um exercício de mero acaso. Ele foi uma forma de trazer uma base de sustentação, para ligarmos a história de Angola, a uma emergência de patrimônio e disputa de memórias que não ficam presas só em Angola. Os efeitos, como dissemos, são transnacionais. A data do dia 23 de março, a ser estendida para os países que fazem parte da SADC, tem um campo auspicioso na África do Sul, devido à ressonância em termos políticos do impacto do feriado. Neste sentido, os partidos políticos (hoje) e movimentos de libertação (ontem) que estiveram a lutar contra o sistema do Apartheid se reveem nesta data e se aproveitam para homenagear e legitimar suas experiências a favor de todos os que lutaram a favor dos seus interesses e ideologias.

Diferente de Angola, à África do Sul tem tradição no campo da história pública. Ela é institucionalizada e começa nos anos de 1980, com a criação de oficinas. Ela surge no âmbito de luta contra o apartheid, uma das universidades pioneiras que começou com workshops sobre a história pública é a universidade de Witwatersrand (Nleftagodlen, 2024). Nos anos de 1990, a África do Sul foi marcada por uma crise epistemológica da profissão histórica, que pôs em causa a sua autoridade e confiabilidade junto do público. Esta crise traduziu-se num declínio das inscrições nos cursos de história nas universidades. Os estudantes começaram a ver a história como uma má opção de carreira. Por outro lado, verificou-se um crescimento significativo no sector do patrimônio,

que foi visto como salvação por alguns membros do meio acadêmico. A história feita na África do Sul estava ameaçada, mas após 1994, a disciplina é reivindicada e emancipada da sua metanarrativa do Apartheid, adentraria num período de revigoramento, atingiria novos patamares e enfrentaria um novo desafio especial (Rassool, 2000; Baines, 2007).

Em 1994, o Congresso Nacional Africano (ANC) embarcou num projeto de construção da comunidade “imaginada” da nação. Tentou criar uma história nacional para legitimar o atual *status quo*, esta narrativa realinhou a memória coletiva com uma nova identidade nacional, redefinindo assim o significado de ser sul-africano. Assim, novos sítios de memória-memoriais, monumentos, feriados, símbolos nacionais, eventos comemorativos e rituais cívicos são criados ou estabelecidos para forjar uma consciência nacional. Apesar de o governo ter dado o pontapé de saída na criação de um projeto de construção da nação, a emergência da política de identidade na África do Sul pós-apartheid fez descarrilar este projeto em certa medida. As partes interessadas e os intermediários culturais de uma variedade de convicções políticas e comunidades envolveram-se em tentativas de renegociar o projeto de construção da nação (Baines, 2007). Para além das fronteiras da academia na África do Sul nas últimas décadas do século XX, as histórias irromperam na esfera pública sob forma visual. O turismo, os monumentos, os museus, as histórias televisivas e a comissão de verdade e reconciliação foram arenas na qual as histórias emergiram, caracterizadas pela visualidade do espetáculo. Estas histórias visuais foram apresentadas como “revelações de património escondido”, anteriormente submerso pelo apartheid. Os historiadores, anteriormente habituados no mundo livresco e das palavras, começaram a ser confrontados com histórias visuais (Rassool, 2000).

Desde 1994, foram encomendados numerosos novos sítios de memória para recordar aspectos do passado reconfigurado da África do Sul. Alguns deles, especialmente os locais de batalha, as memórias, os monumentos, procuram promover a construção da nação, realçando um passado partilhado em vez de um passado

conflituoso. Igualmente, outros, celebraram a história étnica – nacionalista. Outros concentraram-se em contar histórias das comunidades locais, inserindo-os numa narrativa da história de luta. Embora África do sul ter criado condições para o surgimento de uma cultura em termos de patrimônio e uma política de história pública na África do Sul pós-apartheid, muitos projetos em termos de patrimonialização e a construção de memoriais foram alvo de críticas (Rassool, 2000; Baines, 2007).

A oficina de história na África do Sul tem estado envolvida na história popular e pública desde 1980. Na África do Sul, durante as décadas de 1970 e 1980, os acadêmicos envolvidos na história popular e pública criticaram abertamente, dentro e fora do recinto das universidades, as injustiças do apartheid. Nos últimos quinze anos, as atividades de história pública têm registado aumentos significativos, impulsionados pelo crescente interesse na produção de comunidades das suas próprias histórias. Neste sentido, a história pública e o ativismo social na África do Sul, partilham frequentemente objetivos comuns, embora inconsistentemente ao longo do tempo e do lugar. O público, o amplo movimento da história pública, incluindo o patrimônio e os museus, tem-se centrado na transformação da história para refletir as histórias, as experiências da maioria negra (Nleftagodlen, 2024).

A história pública na África do Sul é permeada por um debate emergente, preenchido por demandas políticas com enlaces históricos, memoriais e justiça social. Fazer história pública não é um trabalho fácil. Nos países considerados do sul global, na sua maioria, vistos como estados endividados, dão pouca atenção em interesses públicos e na história pública, ou seja, pouco se faz de história pública (Nleftagodlen, 2024). Um dos exemplos, é o caso de Angola, diferente da realidade do Brasil. A história pública no Brasil tem encontrado nas universidades seu principal alicerce, permitindo que haja a divulgação do conhecimento histórico, a circulação de narrativas, debates e o estímulo de publicações. Em 2013, o Brasil criou a Rede Brasileira de História Pública (RBHP). A RBHP realiza o seu simpósio internacional bianualmente desde

2013. Neste evento decorrem oficinas, painéis e simpósios temáticos. Por outro lado, há um crescente número de publicações de livros, artigos e uma aproximação entre a história pública e o ensino (Hemeto; Ferreira, 2018).

Um dos pioneiros e promotor deste acostamento entre história pública e o ensino no Brasil é a Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), que possui um curso de Pós-Graduação em História, com uma área de concentração em História Pública. Como dissemos anteriormente, em Angola a História Pública não é institucionalizada nas universidades, e nem sequer, tem um curso de Pós-Graduação em História. O que se tem, são cursos oferecidos de Pós-Graduação em Ensino de História de África e de Angola, nos Institutos Superiores de Ciências de Educação (ISCED) de Luanda e da Huíla. Estas instituições deveriam abrir linhas de pesquisa no campo da história pública, porquanto existe um manancial de assuntos as serem tratados em Angola, cujo resultados podem ser significativos, se o conhecimento for partilhado entre a comunidade, academia e um grande público.

Apesar de um quadro diferente em termos de comparação com a África do Sul e Brasil, em Angola existem alguns pesquisadores que vão se iniciando neste campo, com algumas produções (artigos, dissertações e a produção de vídeos sobre a história de Angola no YouTube) é o caso dos trabalhos de Yuri Agostinho (2021) *“O edificado colonial de Luanda e o fazer histórico em sala de aula: potencialidades e caminhos para falarmos de história pública e lugares de memória”*, do angolano Kikani Pedro que produziu a dissertação *“Partilha de narrativas dos jovens Kuduristas nas ruas de Luanda-Angola”* e Matias Eduardo Chimbalongo, intitulada *“Zungueiras do Lubango e o seu lugar na História Pública de Angola”* pela Universidade Estadual do Paraná. Assinala-se também os trabalhos feitos no grupo de estudo e pesquisa Odisseia, coordenado pela professora da UNESPAR Dr.^a Cyntia Simioni França. Neste grupo seus pesquisadores têm estado envolvidos em várias frentes. Por exemplo, Yuri Agostinho está fazendo o seu estágio pós-doutoral no programa de história pública da

UNESPAR. Sua pesquisa tem como tema: *por um debate agenciado por meios e públicos: África, representações, ensino e formação de professores*. Nos últimos tempos, tem trabalhado com mulheres mumuilas e mucubais na cidade do Lubango, no sul de Angola.

Inácio Márcio de Jesus Fernando Jaquete, cidadão de Moçambique, tem estudado temas relacionados à memória, arte e patrimônio em diálogo com a história pública. Em ano de 2024, ele defendeu sua dissertação intitulada: *“partilha de memórias e narrativas dos mestres(as) moçambicanos(as) na interface com as pinturas rupestres de chinhamapere”*. Por outro lado, o trabalho de Mpambani Matundu Vicente, intitulado: *“a história pública de Miguel Nekaka: marcas (in)visíveis na memória coletiva dos povos kongo”*, que é uma dissertação em andamento, mostra o quanto são variados os temas que se relacionam com a história pública. Por último, é importante destacar a coragem do professor Doutor Alberto Oliveira Pinto, que nos apresenta questões sobre a história de Angola em seu canal de vídeos no YouTube. Podemos considerar a sua iniciativa como uma história pública.

Estas pesquisas demarcam o estado da pesquisa desta área em Angola. Por outro lado, assinalam o resultado da aproximação de instituições de Angola (ISCED da Huíla e Universidade de Luanda) com a UNESPAR, em termos de pesquisa. A previsão é que nos próximos tempos, teremos resultados de pesquisas que estão sendo desenvolvidas no sul de Angola no âmbito de uma história pública feita (com a) (e na) comunidade. Enquanto não galgamos outros pergaminhos na intenção de se potencializar políticas públicas para o fomento em pesquisas no âmbito de uma história pública e uma possível institucionalização. Com as iniciativas supraditas, abre-se um caminho esperançoso para que no futuro a pesquisa em história pública em Angola, passa de passiva para um estado de ativa. Atualmente, com as demandas sociais vindas do debate público, o que temos na paisagem pública em Angola para estabelecer bases para no futuro ser diferente?

Por uma história pública em Angola, que pode ser sustentada por meios e públicos

Enquanto não temos uma história pública institucionalizada, Angola se apresenta na encruzilhada de discursos provenientes dos líderes políticos e de outros agentes que apelam a reconciliação nacional. Outrossim, de discursos que direcionam projetos para patrimonializar sítios e lugares de memória. O que temos, pode significar a emergência de lugares de memórias em Angola, usos do passado e um processo de patrimonialização endossado em discursos que operam em conceitos de valorização e perda. É só vermos como a cidade de Mbanza Kongo foi elevada a patrimônio mundial, a patrimonialização do pano Samakaka e do Semba (estilo musical angolano). Com estes elementos supraditos, podemos perceber que estes discursos sobre políticas de dever de memória, usos do passado e sobre patrimônio, se desenrolam no domínio público em Angola. Como articular estes discursos provenientes da paisagem pública, transformá-los em artefatos ou meios de ensino, validos para uma história pública em Angola sustentada por meios e públicos? Dependerá da atuação do professor em sala de aula e como ele faz leituras no tempo presente, sobre o que lhe rodeia e as demandas vindas da sociedade. Como fazer a história pública funcionar?

A história e a memória devem ser potencializadas em sala de aula e em museus. Neste sentido, demonstrarei dois casos experienciados por um professor e por um grupo de estudantes que visitaram o museu das forças armadas em Luanda. O primeiro caso, marca o impacto das narrativas de Ilda Quintas Gomes que foram levadas em sala de aulas pelo professor Nsambu Vicente. A Ilda é a minha avó de parte paterna, é uma mulher que nasce em 1934, na Quibala, no município do Cariango. No âmbito da pesquisa sobre a cidade de Luanda e a construção dos bairros indígenas, decidi entrevistá-la utilizando a história oral como metodologia. O resultado deste estudo, permitiu a publicação do artigo intitulado: *o lugar do testemunho, do acontecimento e das memórias em Ilda Quintas Gomes*.

Os áudios provenientes das entrevistas que foram feitas à Ilda ficaram guardadas no meu interior. Após alguns meses, partilhei a

experiência que estive a trabalhar nas narrativas de Ilda com o professor Nsambu Vicente. Em seguida, ele se interessou em reutilizar as narrativas de Ilda, porque precisava levar as narrativas de Ilda para sua pesquisa sobre o contributo das mulheres da UPA /FNLA na luta pelo colonialismo. Nsambu Vicente, ao levar as narrativas destas mulheres em sala de aula, visou mostrar aos alunos o potencial da história oral, como método na investigação em história e a importância das narrativas para a compreensão da situação colonial em Angola. O exercício foi benéfico, porque, para além de se falar sobre o ensino e metodologia de ensino de história, foi possível articular questões sobre entrevistas. Foi daí que o Nsambu Vicente decidiu entregar aos estudantes os áudios das entrevistas, fazendo com que eles transcrevessem as entrevistas, treiná-los e ver como as memórias estão intimamente ligadas a experiências.

Ao dividir a turma em grupos de três estudantes, transcreveram as narrativas provenientes das entrevistas. A narrativa de Ilda também foi alvo de transcrição, porém, o exercício da transcrição, foi feito em casa. Ou seja, foi um exercício que estudantes não fizeram na escola. Os estudantes ao levarem os áudios em casa, posteriormente transcreveram, muitos familiares foram ouvindo os áudios, curiosamente, chegaram-nos relatos, que alguns familiares ao escutarem os áudios choravam pelo fato deles estarem a ouvir memórias traumáticas e muitos se reviam nelas. O segundo caso, tem a ver com a visita dos alunos do 5º, 6º, 7º, 8º e 9º ano do Complexo Vade Mecum ao museu de História Militar.

Figura 1 - Guia do museu de História Militar, interagindo com os estudantes do complexo Vade Mecum.



Fonte: Complexo Vade – Mecum

Neste caso, ficamos a saber, a partir dos estudantes, que a visita clarificou significativamente os assuntos que anteriormente tiveram em contacto nas aulas de história. Para os estudantes as aulas de História em sala de aulas são resumidas. Eles foram unânimes, disseram que a aula no museu quando tiveram envolvidos com avaliações. Ao vermos a posição dos estudantes, face às experiências permanentes em sala de aula e a visita que efetuaram no museu, permite pensar a aula como acontecimento, significa uma ruptura, um deslocamento em relação à rotina, ao costume, ao cotidiano. Ou seja, a aula de História alude, deste modo, deslocar os alunos de seus lugares, de seus espaços, para vivenciarem lugares e espaços. Outrossim, o professor de História é aquele que faz os alunos adentrarem em contacto com outras configurações, com outras figuras, com outros retratos do tempo, com outros conceitos e formas temporais (Albuquerque Júnior, 2019).

É possível vermos o impacto das narrativas dos estudantes quando disseram que a aula no museu ajudou significativamente no entendimento sobre determinadas matérias. Por isso, é certo afirmar que devemos democratizar a história e torná-la pública. Democratizar é dar possibilidade para que ela seja um lugar de conexão e de espaços de ampliação sobre temas que podem ser visto de vários ângulos. Mas é necessário, ver o desafio que a

história pública pode trazer para o professor no contexto do ensino e o lugar sala de aula.

A história pública deve estar conectada com outras áreas do saber, permitindo que ela seja um meio para incluir, dialogar, mediar e dar outras possibilidades para tornar a história um lugar de reflexões, problematização e contextualizações sobre o conhecimento histórico, sobretudo quando relacionamos os fatos históricos com o presente (Boine, 2024). Se história pública for uma realidade em Angola, isso permitirá que os historiadores foquem suas pesquisas na história local, nas memórias locais, na educação, no patrimônio histórico local, na cultura popular. Além disso, será possível estabelecer uma linha de elementos teóricos e metodológicos práticos sobre a história pública realizada em Angola. Enfim, os exemplos apresentados acima, são relevantes porque abrem caminhos e perspectivas para pensarmos numa história pública em Angola que pode ser sustentada por meios e públicos.

Referências

AGOSTINHO Yuri Manuel Francisco. O edificado colonial de Luanda e o fazer histórico em sala de aula: potencialidades e caminhos para falarmos de história pública e lugares de memória. **Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural**, Florianópolis, v.10, n. 18, p. 131-150, jan-jun 2021. Semestral.

_____. O lugar do testemunho, do acontecimento e das memórias em Ilda Quintas Gomes. **História UNICAP**. v.9, p.235 - 253, 2022.

_____. Um olhar tripartido sobre as demandas sociais atinentes ao processo de patrimonialização em angola: história do tempo presente, património e usos do passado. **África[s]** -. v.7, p.67 - 86, 2020

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da história**. São Paulo: Intermeios, 2019.

ARAÚJO, Johny Santana de. A batalha de Cuito Cuanavale 1987-1988: a guerra pela sua memória. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 32, e 01-05, jan./abr. 2021.

BAINES, Gary. History making and present day politics: The meaning of collective memory in South Africa. Stockholm: **Nordiska Afrikainstitutet Uppsala**, 2007, p. 167-182.

BOINE, Rodrigo. “Democratizar a história é torná-la pública” a experiência do projeto História ao Ar Livre no Recife. In: Marta Gouveia de Oliveira Rovai, Michel Kobelinski (Org). **História pública: para quem, para quê, como e com quem?** Guarapuava: Ed. da Unicentro, 2024.

CANDAU, Joël. **Antropologia da Memória**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

FRANÇA, Cyntia Simioni; CUNHA, Nara Rúbia de Carvalho. Experiências limiares: produção de conhecimento histórico-educacional pelo viés da história pública. In: FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra; ÁLVAREZ, Sebastián Vargas (Orgs) **Ensino de História e História Pública: Diálogos Nacionais e Internacionais**. Campo Mourão, PR : Editora Fecilcam, 2022.

HERMETO, Mirian; FERREIRA, Rodrigo de Almeida. Ensino de história e História Pública. **Revista História hoje**, Vol.8, n. 15, p. 5 - 16, 2018.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Trad. Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2014.

LIDDINGTON, Jill. O que é história pública? Os públicos e seu passado. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 31-52.

NLEFTAGODLEN, Noor. Mesa Redonda. História en acción. Experiencias de História Pública. **História**, [S.l.], p.27-70, 2024. Disponível em: <https://tallerdeletras.letras.uc.cl/index.php/rhis/article/view/70961> Acesso em: 13 oct. 2024.

RASSOOL, C. The rise of heritage and the reconstitution of history in South Africa. Kronos: **Journal of Cape History** 26 (1), 2000, p. 1-21.